

Macedo quer indexação do mercado

O secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, defendeu ontem a volta da indexação para o mercado financeiro. Na avaliação do secretário, é difícil manter uma taxa de juros real (acima da inflação) quando se trabalha com taxas prefixadas de investimento (Taxa Referencial - TR) que são confundidas com projeções de inflação. A informação foi prestada pelo assessor de imprensa de Macedo, Fernando Grossi.

O fim da indexação do mercado financeiro, e da economia em geral, ocorreu na edição do Plano Collor II, em fevereiro deste ano. O secretário Roberto Macedo aposta que, agora, a reindexação é uma forma de tranquilizar o mercado financeiro. O governo já deu um passo nesse sentido ao lançar as Notas do Tesouro Nacional (NTN), títulos pós-fixados que variam de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). O primeiro lote desses papéis foi ontem a leilão.

Em entrevista, a secretária nacional de Economia, Dorothea Werneck, disse que o governo estuda reindexar títulos e impostos — o projeto de reforma tributária enviado ao Congresso Nacional propõe a criação da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), que vai variar conforme o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). Nem a secretária nem Roberto Macedo confirmaram, porém, se o governo pretende permitir a indexação para papéis privados, como é o caso dos Certificados de Depósito Bancário (CDB).

Segundo Dorothea Werneck,



Edson Gés

Macedo quer acalmar mercado

hoje a indexação só é admitida, no setor de preços, para os contratos de longo prazo e para os salários até três mínimos (Cr\$ 126 mil). Para ela, a volta da indexação geral poderia recriar a expectativa inercial da inflação.

A secretária acredita que a volta da indexação da Economia traria problemas ao País devido ao que chama de "inflação cultural". Ela atribui a esse fenômeno o fato de os preços terem subido fora do normal com a mididesvalorização cambial promovida pelo governo em 30 de setembro último.